



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Divisão de Vigilância Socioassistencial
Rua Angêlo Pedro Dotto, nº 610 – BNH
Email: vigilanciasmas@stitaipu.pr.gov.br – (45) 3190-0408



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL



1. APRESENTAÇÃO

A história de Santa Terezinha de Itaipu confunde-se com a de muitas outras cidades da região Oeste do Paraná, pela forma de colonização. Durante o ciclo da erva-mate e da madeira, onde hoje se encontra a sede do Município de Santa Terezinha de Itaipu, havia uma mata densa e compacta, rica em madeira de alto valor comercial.

No início do século XX, foram feitas algumas concessões para a exploração da erva-mate, a atual área do município fazia parte destas concessões, as quais posteriormente voltaram a incorporar-se ao Patrimônio da União. A extração da erva-mate tornou-se comercialmente impraticável em função das normas adotadas, fazendo com que toda a região Oeste paranaense fosse interrompida em sua expansão. A maior fonte geradora de renda desta região era a extração da erva-mate, que chegou ao seu final.

Na década de 50, grupos econômicos adquiriram do governo do Paraná glebas de terra na região, com a finalidade de colonização. A Colonizadora Criciúma Ltda., que possuía terras próximas a Foz do Iguaçu, foi um dos grupos que teve maior contribuição para a colonização de Santa Terezinha de Itaipu. Os investidores conseguiam comprar terras a preço muito baixo na região, com o compromisso de transformar as partes de terra devolutas em núcleos habitacionais.

Santa Terezinha progrediu significativamente no ano de 1953. A movimentação comercial começava a crescer, com alguns estabelecimentos no ramo de secos e molhados e de materiais de construção, que atendiam as necessidades mais urgentes da pequena vila. Com a abertura da Rodovia BR-35, hoje BR-277, que ligava Cascavel à Foz do Iguaçu, começavam a circular os primeiros veículos, inclusive o automóvel da Colonizadora Criciúma, que trazia os compradores da companhia.

Em 1955 foi construída a primeira casa de alvenaria, o primeiro posto de gasolina e a primeira igreja católica da comunidade, batizada em homenagem à Santa Teresinha. Quatro anos mais tarde, a Câmara Municipal de Foz do Iguaçu decretou a criação do Distrito Administrativo de Santa Terezinha, com a delimitação da planta colonizadora. A Lei nº. 230, da criação do distrito, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná nº. 212, de 19 de novembro de 1959, página 10.

Em 1959, José Miliolli foi nomeado primeiro subprefeito de Santa Terezinha ficando até 1961, ano que Olívio Buzanello foi nomeado permanecendo até 1964. Ataíde Frasson ocupou interinamente a função em 1964, quando Olívio Buzanello desincompatibilizou-se, para concorrer à Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu. Na sequência o Sr. Domingos Zanette permaneceu sob o comando no período de 1965 a 1975; e, novamente de 1975 a 1982, Olívio



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Buzanello voltou a comandar o até então, distrito. Ainda em 1982 o Sr. Dorival Gonguiller assumiu o cargo interinamente.

Em meados de 1981, a população do distrito era de 11.137 habitantes, sendo 7.792 da área urbana e 3.745 da área rural. Santa Terezinha possuía vida própria e condições territoriais para se tornar um município. Nesta época foram criadas comissões, com o objetivo de recolher assinaturas e levantar a documentação necessária para dar início ao processo de emancipação. Com a parte burocrática já resolvida, o número oficial de habitantes e de residências, a arrecadação suficiente para independência econômica, o número de eleitores e o mapa oficial do distrito, a comissão pró-emancipação e uma comitiva popular foram a Curitiba entregar o projeto ao governador do estado Ney Braga. Santa Terezinha era na época o maior distrito do Brasil, tanto em população como em arrecadação. Em 20 de dezembro de 1981 foi realizada uma consulta plebiscitária para a emancipação do Distrito Judiciário de Santa Terezinha, tendo como resultado 95% de votos favoráveis. Em 03 de maio de 1982 foi sancionado pelo governador Ney Braga a Lei nº. 7.572, a qual criava o Município de Santa Terezinha.

Com a elevação de distrito a município, Santa Terezinha teve suas primeiras eleições municipais em novembro de 1982. Já ocuparam o cargo de prefeito(a) municipal:

MANDATO	PREFEITO(A)
1893/1988	Lenir dos Reis Spada
1989/1992	José Carlos Montemezzo
1993/1996	José Luiz Dias
1997/2000	Ana Maria Carlessi
2001/2004	Claudio Dirceu Eberhard
2005/2008	
2009/2012	Ana Maria Carlessi
2013/2016	Claudio Dirceu Eberhard
2017/2020	
2021 até o momento	Karla Franciele Galende



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



2. IDENTIFICAÇÃO

Município: Santa Terezinha de Itaipu – PR

Porte Populacional: Pequeno Porte II

Nível de Gestão do SUAS: Básica

Prefeitura Municipal:

Nome da Prefeita: Karla Francieli Galende

Mandato da Prefeita: Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2024

Endereço da Prefeitura: Rua João XXIII, 144 – Centro

CEP: 85.875-000

Telefone: (45) 3541-1184

E-mail: gabinete@stitaipu.pr.gov.br

Site: www.stitaipu.pr.gov.br

Órgão Gestor da Assistência Social

Nome do órgão gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Número da lei de criação do órgão: Lei nº 802/2003, alterada pela Lei nº 873/2005.

Data de criação: 02/06/2003

Responsável: Ellis Regina Busato Eberhard

Ato de nomeação: Decreto nº 064/2021

Data da nomeação: 14/01/2021

Endereço: Rua Ângelo Pedro Dotto, nº 610

Bairro: Centro

CEP: 85.875-000

Telefone: (45) 3541-1844

E-mail: assistenciasocial@stitaipu.pr.gov.br

Site: www.stitaipu.pr.gov.br

3. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Figura 1. Mapa do Município



3.1. Perfil do município

O município de Santa Terezinha de Itaipu situa-se na Região Oeste do Estado do Paraná, compondo o rol dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu. Caracterizado como município de Pequeno Porte II, tem uma população de 20.841 habitantes (Censo/IBGE 2010) e população estimada para 2021 de 23.927 habitantes, sendo a 83ª cidade mais populosa do Estado do Paraná, com 90,38% da população residente em área urbana. Sua densidade demográfica é de 80,35 habitantes por km² (IBGE).

Quanto à estrutura demográfica do município, percebe-se que possui um alto índice de população jovem, haja vista que o segmento etário de 0 a 14 anos representa 23,52% e o segmento de 15 a 29 anos 26,35% da totalidade (tabela 01).

TABELA 01 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR FAIXA ETÁRIA – STI – 2010

0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 ou mais	TOTAL
1.405	1.532	1.966	2.077	3.416	3.304	2.977	1.986	1.275	903	20.841

FONTE: IBGE

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) de Santa Terezinha de Itaipu é 0,738 (IBGE-2010), o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o índice do município é a Longevidade, com índice de 0,814, seguida de Renda, com índice de 0,716, e de Educação, com índice de 0,689. O município ocupa a 62ª posição entre os 399 municípios do Estado e a 823ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros, segundo o IDH-M.

O Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM) de Santa Terezinha de Itaipu é de 0,7190 (ano referência: 2018). Este índice mede o desempenho da gestão e ações públicas dos 399 municípios do Estado do Paraná, considerando três dimensões: renda, emprego e agropecuária, saúde e educação.



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é de 0,7542, estando em 140º lugar no Estado e 1086º no Brasil. Este índice mede o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros nas áreas de emprego e renda, educação e saúde. No desdobramento deste índice, o município apresenta 0,8356 em educação; 0,9138 em saúde; e 0,5133 em emprego e renda. Os resultados acima de 0,8 são considerados altos e de 0,4 a 0,6 são considerados regulares.

O Índice de Gini e o Índice de Theil – L, do município, são de 0,4626 e 0,36 respectivamente, e medem a concentração e a distribuição de renda (estes índices variam de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo da unidade, maior a desigualdade).

O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades coloca o município na classificação 102º de 770 cidades, com uma pontuação de 62. Para aferição deste índice o Programa Cidades Sustentáveis, mede o progresso total das cidades na realização de todos os 17 ODS. Uma pontuação 100 indica a realização ótima dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A taxa de mortalidade por homicídios e a taxa de mortalidade por agressão, no ano de 2017 foi de 26,10 para ambas, ficando abaixo do nível de Brasil (tabela 02).

TABELA 02 – TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIOS E POR AGRESSÃO – STI – 2017

Territorialidades	Taxa de mortalidade por homicídios DATASUS 2017	Taxa de mortalidade por agressão DATASUS 2017
Brasil	31,38	30,25
Santa Terezinha de Itaipu (PR)	26,10	26,10

FONTE: ATLAS BRASIL

3.2. Trabalho e Rendimento

Em 2019, o salário médio mensal era de 2.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 17.2%. Na comparação com os outros municípios do Estado, ocupava as posições 159 de 399, no quesito salário, e 223 de 399, no quesito ocupação. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1530 de 5570 e 1817 de 5570, respectivamente.

Neste mesmo ano, apresentou saldo negativo de empregos formais declarados no CAGED, tendo admitido 1.049 pessoas e demitido 1.075.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 33,7% da população nessas condições, o que o colocava na posição 177 de 399 dentre as cidades do Estado e na posição 3850 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Embora com índices de desenvolvimento considerados de moderados a elevados, Santa Terezinha de Itaipu apresentava taxa de 5,97% de população extremamente pobre, segundo a PNAD/2017.



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Estes dados alertam para um indicativo da existência de desigualdades sociais, o que propicia situações de vulnerabilidade e risco social, podendo ser destacadas algumas emergentes e características do Município que demandam atendimento especializado como: taxa de desemprego; violência de gênero; exploração sexual de crianças e adolescentes; tráfico de drogas; alto índice de migração; aumento da população idosa, entre outras.

3.3. Educação

Em 2019, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6,8 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5,2 e para alunos do Ensino Médio, a nota foi de 4,3. Na comparação com as 399 cidades do Estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava o município na posição 93, a nota dos alunos dos anos finais na posição 152 e a nota dos alunos do ensino médio na posição 189. Ao compararmos com os 5570 municípios brasileiros, Santa Terezinha de Itaipu ocupava a posição 610 para os anos iniciais, 877 para os anos finais e 1621 para o ensino médio (IBGE/2010).

A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 9,6 em 2010, colocando o município na posição 17 de 399 dentre as cidades do Estado e na posição 186 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE/2010).

Já em relação ao analfabetismo, em 2010, o município apresentava taxas superiores à média do Estado em todas as faixas etárias compreendidas entre 15 até maiores de 50 anos (tabela 03).

TABELA 03 – TAXA DE ANALFABETISMO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE – STI – 2010

Faixa Etária	15 anos ou mais	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	50 anos e mais
Paraná	6,28	0,88	1,00	1,42	2,65	5,16	15,89
Santa Terezinha de Itaipu	7,26	1,01	1,48	1,93	3,36	5,88	19,17

FONTE: IPARDES

3.4. Economia

A economia do município de Santa Terezinha de Itaipu é predominantemente agrícola, sendo a mesma baseada principalmente na produção de milho, soja e mandioca.

TABELA 04 – ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA - 2020

CULTURA TEMPORÁRIA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$1.000,00)
Amendoim (em casca)	1	2	2000	3
Arroz (em casca)	5	34	6.800	31
Batata-doce	20	502	25.100	653
Batata-inglesa	15	240	16.000	348
Cana-de-açúcar	30	1.650	55.000	132
Feijão (em grão)	5	6	1.200	21
Mandioca	225	4.950	22.000	1.485
Melancia	2	42	21.000	46



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Melão	1	15	15.000	31
Milho (em grão)	13.980	88.066	6.299	61.597
Soja (em grão)	15.410	64.722	4.200	64.722
Tomate	1	94	94.000	141
Trigo (em grão)	1.300	3.120	2.400	2.808

FONTE: IPARDES

O potencial turístico do município, também é algo a ser destacado, uma vez que Santa Terezinha de Itaipu é próxima a Foz do Iguaçu, ao Paraguai e a Argentina, faz parte do Corredor da Biodiversidade Santa Maria, bem como, dos municípios limieiros ao Lago de Itaipu. Segundo dados do IPARDES, em 2019, foram gerados 129 empregos formais nesta área.

O município tem investido na ampliação de sua área industrial, em novembro/2021 contava com cerca de 119 empresas ativas nesta área e 2.019 empresas de variados ramos, instaladas nas demais regiões do município.

3.5. Saúde

A Taxa de Mortalidade Infantil média é de 8,75 para 1.000 nascidos vivos (IBGE/2019), ocupando a posição 213 de 399 municípios do Estado e 3401 de 5570 municípios brasileiros. A Taxa de Mortalidade Materna, segundo dados do IPARDES, no ano de 2020 foi de zero.

As internações devido à diarreias são de 0,2 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do Estado, fica na posição 339 de 399 e quando comparado aos 5570 municípios brasileiros, essa posição é de 4284.

3.6. Território e Ambiente

Sua área territorial é de 259,393 km² (IBGE/2020). E quanto ao esgotamento sanitário adequado, apresenta 34.1% dos domicílios nesta condição, ficando na posição 173 de 399 municípios do Estado e 2927 em relação aos 5570 municípios brasileiros. Apresenta ainda, 97.2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 16.1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do Estado, fica na posição 91 de 399 e 296 de 399, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, 533 de 5570 e 2180 de 5570, respectivamente (IBGE/2010).

4. TERRITÓRIOS

Para facilitar o diagnóstico, a Secretaria Municipal de Assistência Social realizou o recorte do território do município, dividindo o mesmo em 6 regiões, sendo:

REGIÃO 1 – CENTRAL: Região que concentra o maior número de comércios e serviços, mas também possui grande número de residências.	
Compõem a Região 1	Loteamento Centro
	Conjunto Residencial Leomag I
	Conjunto Residencial Luiz Bruno Arenhart



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



	Conjunto Residencial Leonila Avila Arenhart
	Conjunto Residencial Santos Ascari
	Condomínio Horizontal Ipê
	Loteamento Humberto Spada
	Loteamento Santa Terezinha 3º Parte
	Beco I, II e III

Nesta Região temos instalados, entre outros:

Órgão de Administração	<ul style="list-style-type: none">• Prefeitura Municipal• Câmara Municipal de Vereadores
Educação	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria Municipal de Educação• Colégio Estadual Carlos Zewe Coimbra• Colégio Estadual Dom Manoel Konner• Escola Municipal Cecília Meireles• Escola Municipal Alexandre Zilli Neto• CMEI Vovó Detinha
Saúde	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria Municipal de Saúde• Unidade Básica de Saúde do Centro• Centro de Especialidades Médicas• Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)• Unidade de Pronto Atendimento (UPA)• Farmácia Municipal
Esporte	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria Municipal de Esportes• Ginásio de Esportes Natalino Spada• Academia Municipal de Artes Marciais• Academia ao Ar Livre (anexa ao Ginásio de Esportes)
Trabalho	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo• Agência do Trabalhador
Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria Municipal de Agropecuária
Lazer	<ul style="list-style-type: none">• Praça Silvino Dal Bó• Praça da Prefeitura
Entidades Não Governamentais	<ul style="list-style-type: none">• Serviço de Obras Sociais – SOS• Associação Pestalozzi de Santa Terezinha de Itaipu
Segurança	<ul style="list-style-type: none">• Polícia Civil• Polícia Militar
Outros Serviços	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos• Sanepar• Copel• Correios

REGIÃO 2 – SANTA MÔNICA: Região predominantemente residencial, possuindo alguns comércios.

Compõem a Região 2	Jardim Santa Mônica
	Conjunto Residencial Panorama
	Loteamento Residencial Nova Jerusalém
	Loteamento Residencial Jardim Curitiba
	Conjunto Cohapar Santa Terezinha II
	Loteamento Delta Parque
	Loteamento Residencial Planalto



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Nesta Região temos instalados, entre outros:

Assistência Social	<ul style="list-style-type: none">• Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)• Centro de Convivência Intergeracional (CONVIVER)
Educação	<ul style="list-style-type: none">• Colégio Estadual Ângelo Antonio Benedet (Cívico Militar)• Escola Municipal Monteiro Lobato• CMEI Santa Mônica
Saúde	<ul style="list-style-type: none">• Unidade Básica de Saúde do Bairro Santa Mônica
Esporte	<ul style="list-style-type: none">• Centro Esportivo Liberalino Benedet• Academia ao Ar Livre (anexa ao Centro Esportivo)
Lazer	<ul style="list-style-type: none">• Parque Domingos Zanete
Outros Serviços	<ul style="list-style-type: none">• Conselho Tutelar• Centro Comunitário Santa Mônica

REGIÃO 3 – ÁREA INDUSTRIAL: Região predominantemente industrial, com poucas moradias.

Compõem a Região 3	Loteamento Área Industrial I
	Loteamento Área Industrial II
	Loteamento Área Industrial III
	Loteamento Jardim Valparaíso (em construção)

Nesta Região temos instalados, entre outros:

Trabalho	<ul style="list-style-type: none">• Escola do Trabalho
Assistência Social	<ul style="list-style-type: none">• Vaca Mecânica (anexa a Escola do Trabalho)• Sala de Costura (anexa a Escola do Trabalho)
Entidades Não Governamentais	<ul style="list-style-type: none">• PROVOPAR – Ação Social de Santa Terezinha de Itaipu• Associação de Catadores de Resíduos Recicláveis e/ou Reaproveitáveis de Santa Terezinha de Itaipu (ACARESTI)

REGIÃO 4 – BNH E CONJUNTOS: Região predominantemente residencial, mas com número expressivo de comércios.

Compõem a Região 4	Loteamento Residencial Dona Elona
	Loteamento Santa Catarina I e II
	Loteamento Residencial Montreal
	Conjunto Bela Vista
	Conjunto Primavera
	Conjunto José Milioli
	Conjunto Horizonte
	Conjunto Primavera
	Loteamento Residencial Curitiba
	Loteamento Residencial Chácara 128
	Loteamento Residencial Galha Azul
	Loteamento Residencial Jardim Iguazu
	Loteamento Jardim Ascari

Nesta Região temos instalados, entre outros:

Assistência Social	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria Municipal de Assistência Social• Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
---------------------------	--



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



	<ul style="list-style-type: none">• Centro Integrado de Apoio a Melhor Idade (CIAMI)
Educação	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria Municipal de Educação• Escola Municipal Escola Municipal Olímpio Spricigo• Escola Municipal Áureo Eyng• CMEI CAIC
Cultura	<ul style="list-style-type: none">• Departamento de Cultura
Saúde	<ul style="list-style-type: none">• Unidade Básica de Saúde do BNH• Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)
Esporte	<ul style="list-style-type: none">• Centro Esportivo Hugo Puhl• Pista de Skate• Academia ao Ar Livre (anexa ao CIAMI)• Academia ao Ar Livre (anexa ao Centro Esportivo)
Lazer	<ul style="list-style-type: none">• Praça Adolfo Outa• Parquinho Infantil (anexo ao Centro Esportivo)
Entidades Não Governamentais	<ul style="list-style-type: none">• Associação da Melhor Idade Amor e Carinho (AMIAC)
Outros Serviços	<ul style="list-style-type: none">• Centro Comunitário do BNH• Centro Comunitário Bela Vista

REGIÃO 5 – PARQUE DOS ESTADOS: É uma região predominantemente domiciliar, com poucos comércios.

Compõem a Região 5	Loteamento Residencial Parque São Lourenço
	Loteamento Residencial Parque dos Estados
	Loteamento Maria Nagasaki
	Condomínio Valle do Sol
	Loteamento Residencial Nossa Senhora do Carmo
	Loteamento Residencial Sol de Verão
	Condomínio Por do Sol I e II
	Loteamento Parque das Araucárias
	Loteamento Jardim Residencial Alvorada
	Loteamento Jardim Serra Azul
	Loteamento Jardim Dona Gilda
	Loteamento Residencial Parque das Laranjeiras
	Loteamento Residencial Parque Nacional
	Loteamento Residencial Cruzeiro do Sul
	Cohapar – Conjunto Santa Felicidade
Loteamento Santa Lúcia	
Loteamento Residencial Cataratas	
Loteamento Residencial Taramã	

Nesta Região temos instalados, entre outros:

Educação	<ul style="list-style-type: none">• Colégio Estadual Arcângelo Nandi• Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo• CMEI Parque dos Estados
Saúde	<ul style="list-style-type: none">• Unidade Básica de Saúde do Parque dos Estados
Esporte	<ul style="list-style-type: none">• Centro Esportivo Edy Ronni Nandi• Quadra de Areia (anexa ao Centro Esportivo)• Academia ao Ar Livre (anexa ao Centro Esportivo)• Estádio Municipal Edvar Sávio• Campo de Futebol Valdir Sauthier Júnior
Lazer	<ul style="list-style-type: none">• Parquinho Infantil (anexo ao Centro Esportivo)



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



	<ul style="list-style-type: none">• Parque das Flores• Parque de Exposições
Outros Serviços	<ul style="list-style-type: none">• Centro Comunitário Tibério Nandi• Corpo de Bombeiros
Entidades Não Governamentais	<ul style="list-style-type: none">• Associação dos Desportistas e Paradesportistas de Santa Terezinha de Itaipu – ADEPASTI• Grupo Escoteiro Alfa Ômega – 66 – PR

REGIÃO 6 – ÁREA RURAL: Região predominantemente de produção agrícola		
Compõem a Região 6	SUL	Comunidade Dois Lapachos
		Comunidade São Vendelino (Vila Bendo)
		Comunidade Barro Branco
		Comunidade Aparecidinha
		Comunidade São João do Canavial
		Comunidade São Pedro
		Região Apepu
		Região Fazenda Santa Maria
	NORTE	Comunidade São José
		Comunidade Vila Vitorassi
		Comunidade Três Fazendas
		Chácara Costa Oeste
		Condomínio Residencial Rosa de Saron
		Condomínio do Lago

Nesta Região temos instalados, entre outros:

Outros Serviços	<ul style="list-style-type: none">• Salões Paroquiais em praticamente todas as comunidades
Entidades Não Governamentais	<ul style="list-style-type: none">• Centro de Apoio Agrícola a Criança e ao Adolescente “Meu Cantinho”

5. CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS

Contextualizando o cenário municipal, uma das questões que fomenta as ocorrências de maior vulnerabilidade social diz respeito ao acesso à renda. Desta forma, destaca-se os dados referentes à pobreza, extrema pobreza e demais perfis de baixa renda do município, de acordo com dados importados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

O CadÚnico reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou com renda familiar mensal até três salários mínimos. Essas informações permitem, ao governo, conhecer as reais condições de vida da população e selecionar as famílias com perfil para acessar diversos programas sociais.

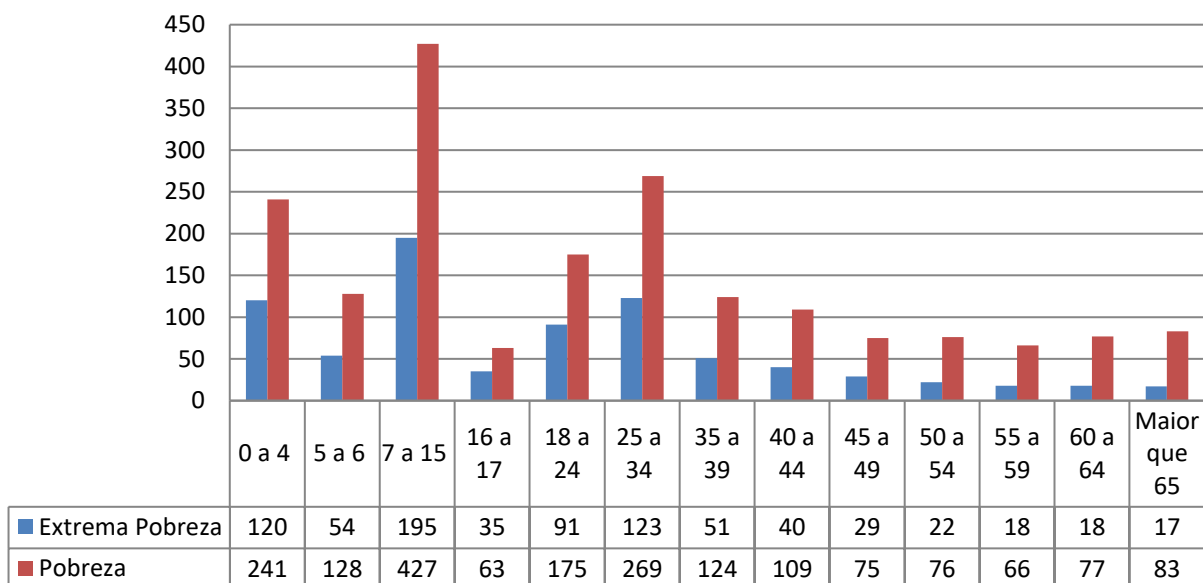
No Município, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em **Julho de 2022**, era de 3.547, equivalente a 8.918 pessoas cadastradas, dentre as quais:

- 289 famílias (813 pessoas) em situação de extrema pobreza;
- 653 famílias (1.913 pessoas) em situação de pobreza;

- 1.388 famílias (4.067 pessoas) de baixa renda;
- 1.217 famílias (2.188 pessoas) com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo.

Quanto à faixa etária das pessoas em situação de Extrema Pobreza e Pobreza cadastradas no CadÚnico temos:

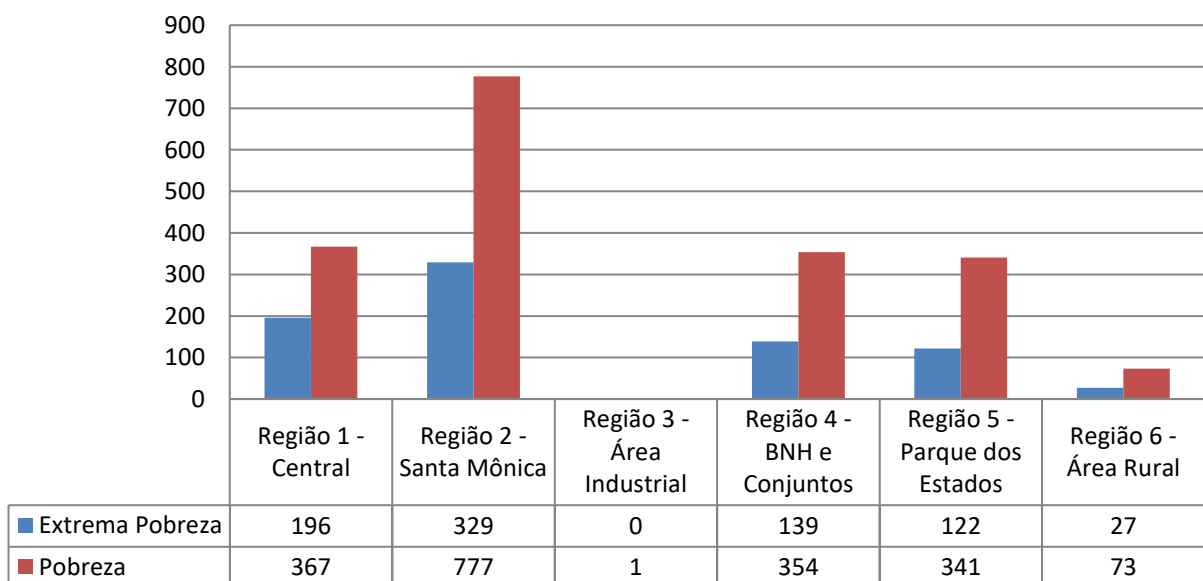
Faixa Etária



FONTE: CECAD/Ministério da Cidadania

Quanto ao território das famílias em situação de Extrema Pobreza e Pobreza cadastradas no CadÚnico temos:

Território



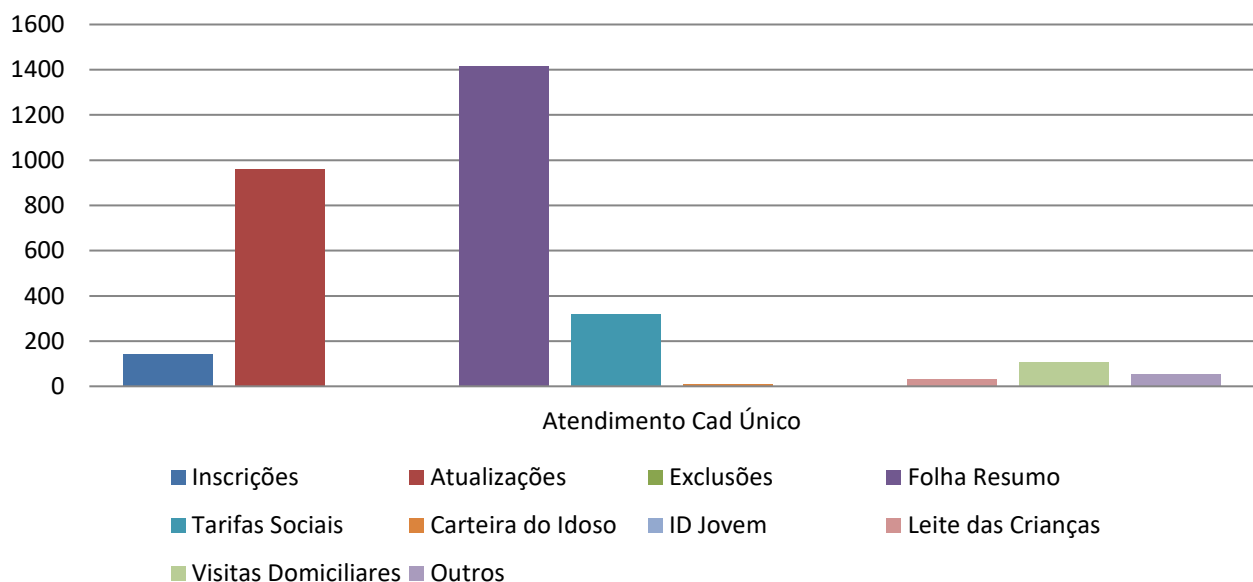
FONTE: CECAD/Ministério da Cidadania

A Taxa de Atualização Cadastral (TAC)¹ do município é de 72,36%, enquanto que a média nacional encontra-se em 73,84%. Em julho/2022 o município contava com:

- 3.547 famílias inseridas no Cadastro Único;
- 2.484 famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos;
- 2.330 famílias com renda até ½ salário mínimo; e
- 1.686 famílias com renda até ½ salário mínimo com o cadastro atualizado.

De acordo com o relatório mensal de atividades do CRAS, de janeiro a julho/2022, o Cadastro Único realizou 3.045 atendimentos, distribuídos conforme gráfico abaixo.

Atendimentos Cadastro Único



6. PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL (PAB)

O Programa Auxílio Brasil (PAB) é um importante programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. A partir dos dados do Relatório de Informações Sociais do Programa Auxílio Brasil e Cadastro Único, o PAB beneficiou no mês de agosto/2022, 697 famílias, sendo:

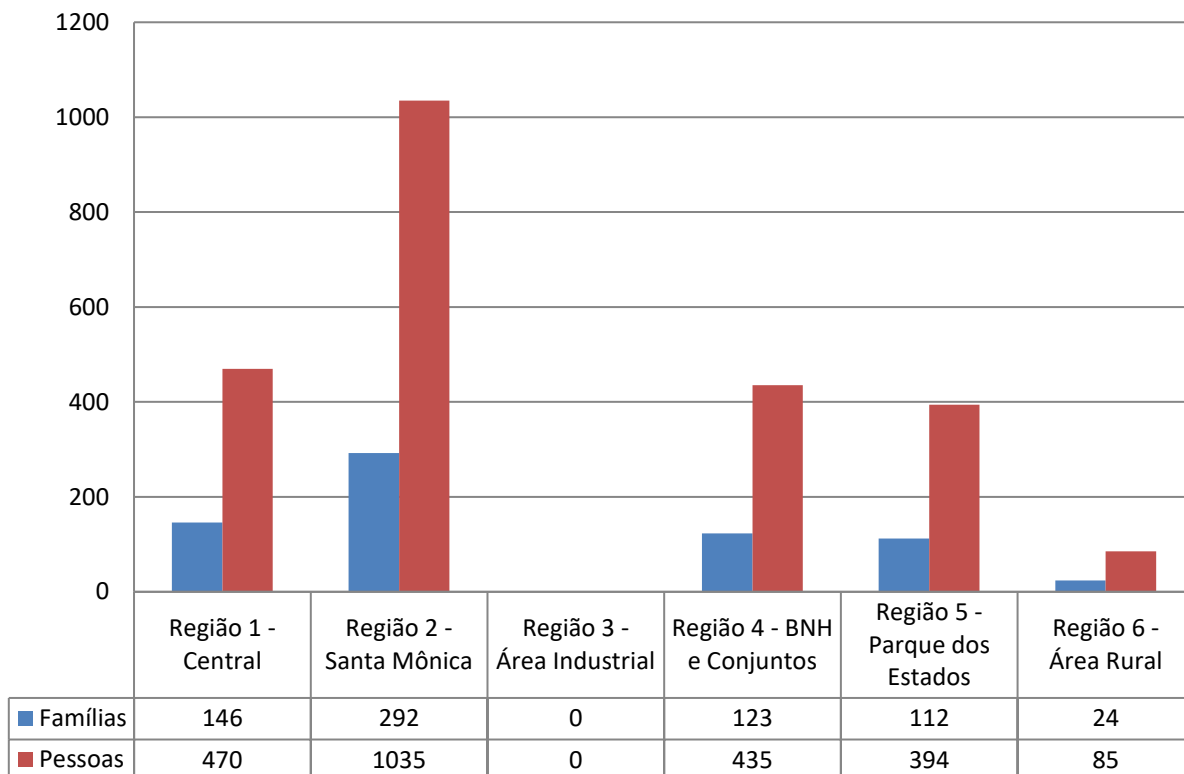
- 182 Benefícios Primeira Infância (BPI);
- 1.270 Benefícios Composição Familiar (BCF)²
- 106 Benefícios de Superação da Extrema Pobreza (BSP);
- 90 Benefícios Compensatório de Transição (BCOMP);
- 679 Benefícios Extraordinários.

¹ A TAC é calculada dividindo o número de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até ½ salário mínimo com cadastro atualizado pelo total de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até ½ salário mínimo, multiplicado por cem.

² Deste total de BCF, 999 são Benefícios Composição Criança (BCC), 110 Benefícios Composição Adolescente (Composição Nutriz (BCA), 79 Benefícios Composição Jovem (BCJ), 54 Benefícios Composição Gestante (BCG) e 28 Benefícios BCN).

Quanto ao território das famílias beneficiárias do PAB temos:

Território



FONTE: CECAD/Ministério da Cidadania

No quadro abaixo apresentamos a síntese dos benefícios sociais pagos em 2022 as famílias de Santa Terezinha de Itaipu.

Mês	Auxílio Brasil					Programa Auxílio Gás dos Brasileiros
	BPI	BCF	BSP	BCOMP	Benefício Extraordinário	
agosto/2022	182	1.270	106	90	679	22
julho/2022	173	1.227	103	89	648	0
junho/2022	175	1.192	99	89	635	22
maio/2022	169	1.180	92	100	629	0
abril/2022	172	1.144	84	112	627	17
março/2022	174	1.127	86	112	622	0
fevereiro/2022	176	1.087	93	127	663	25
janeiro/2022	176	1.087	93	127	629	0

FONTE: Ministério da Cidadania



6.1. Condicionalidades

As condicionalidades são compromissos que as famílias assumem nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social e o cumprimento delas é condição para que continuem a receber o benefício financeiro.

Consistem em condicionalidades do Programa Auxílio Brasil:

- **Condicionalidades de Saúde:**
 - crianças menores de 7 anos devem cumprir o calendário de vacinação para sua faixa etária e ter acompanhamento de peso e altura;
 - gestantes precisam fazer o pré-natal;
- **Condicionalidades de Educação:**
 - crianças de 4 e 5 anos devem ter frequência escolar mensal mínima de 60%;
 - crianças e adolescentes de 6 a 17 anos devem ter frequência escolar mensal mínima de 75%; e
 - jovens de 18 a 21 anos, que não tenham concluído o ensino básico, devem ter frequência escolar mensal mínima de 75%.

O acompanhamento das Condicionalidades permite ao poder público identificar crianças, adolescentes e gestantes em situação de pobreza/extrema pobreza que tenham dificuldade de acesso aos serviços disponíveis nas áreas da saúde, da educação e da assistência social.

O acompanhamento das condicionalidades de educação voltou a ser obrigatório desde o primeiro período de 2022, nos meses de fevereiro e março. Como o registro das informações ainda está sendo realizado pelas equipes locais, os últimos dados de acompanhamento disponíveis são dos meses de outubro e novembro de 2019, antes da suspensão realizada devido à pandemia de Covid-19. Neste período o município atingiu o percentual de 98,26%, para crianças e adolescentes com perfil para acompanhamento de educação, o que equivale a 507 alunos acompanhados, sendo considerando um acompanhamento da frequência escolar muito bom, acima do resultado nacional (93,07%).

Já as condicionalidades da saúde, que consiste no acompanhamento da saúde de crianças até 7 anos e mulheres, na segunda vigência de 2021, último dado disponível, 1.162 beneficiários(as) tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de saúde. O município conseguiu acompanhar 601 beneficiários(as), o que corresponde a uma cobertura de acompanhamento de 51,72%. O resultado nacional de acompanhamento na saúde foi de 69,78%.

As famílias em descumprimento de condicionalidades podem receber efeitos gradativos, que variam desde uma advertência, passando pelo bloqueio e suspensão do benefício, podendo chegar ao cancelamento em casos específicos (esse processo de aplicação de efeitos é chamado de repercussão). Esses efeitos são considerados sinalizadores de possíveis vulnerabilidades que as famílias estejam vivenciando, pois indicam que alguma situação está



impedindo ou prejudicando o acesso à saúde e à educação. Nesses casos, é necessário que o poder público atue no sentido de auxiliar essas famílias a superar a situação de vulnerabilidade e a voltar a acessar regularmente esses serviços, retornando a cumprir as condicionalidades. Por isso, as famílias em descumprimento de condicionalidades, em especial aquelas que estão em fase de suspensão, são prioritárias no atendimento/acompanhamento pela assistência social no município.

Devido à pandemia de Covid-19, as repercussões por descumprimento de condicionalidades não estavam sendo aplicadas desde maio de 2020, por isso não há famílias em fase de suspensão.

7. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

Outro importante dado relacionado ao Cadastro Único refere-se aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC, sendo um benefício de direito, previsto pela LOAS, para pessoas com deficiência e idosas acima de 65 anos, que possuam renda inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. O benefício, no valor de um salário mínimo mensal, é gerido pela Política de Assistência Social, entretanto, o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS é responsável pela operacionalização do processo de análise e concessão. Com a publicação do Decreto nº 8.805/2016, a inscrição no CadÚnico passou a ser requisito obrigatório para a concessão do BPC. O cadastramento deve ser realizado antes da apresentação de requerimento à Agência da Previdência Social – APS.

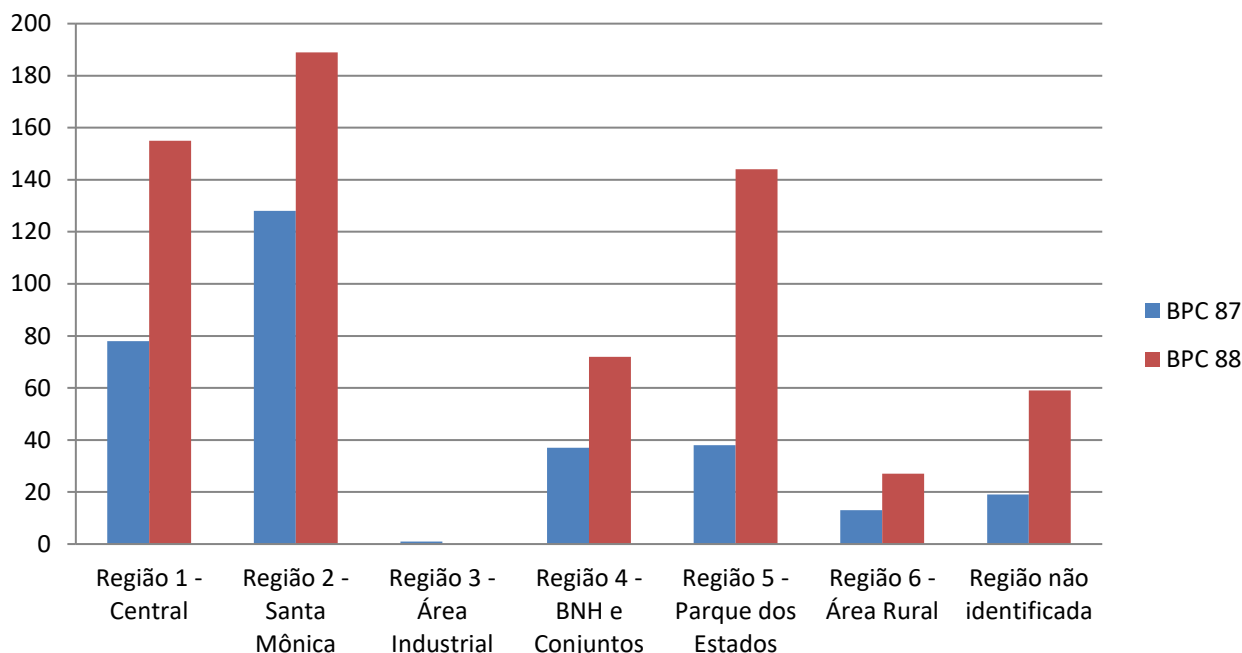
De acordo com dados do Ministério da Cidadania, em julho de 2022, o município de Santa Terezinha de Itaipu apresentava um total de 960 beneficiários do BPC, destes, 968 estavam inscritos no CadÚnico. Na tabela abaixo, é demonstrado o quantitativo de beneficiários por perfil e valores repassados em 2022.

PERFIL	NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS	VALORES REPASSADOS EM JULHO 2022	VALOR TOTAL REPASSADO EM 2022
PCD	314	R\$ 380.569,78	R\$ 2.670.039,46
Idoso	646	R\$ 786.569,78	R\$ 5.427,336,74
TOTAL	960	R\$ 1.167,158,15	R\$ 8.097.376,20

FONTE: Ministério da Cidadania

Em relação ao território temos os seguintes dados:

Tipo de Benefício por Território



FONTE: Ministério da Cidadania

8. SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

O município de Santa Terezinha de Itaipu é caracterizado como de pequeno porte II, em Gestão Básica do SUAS. O Órgão Gestor Municipal da Política de Assistência Social é a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, instituída pela Lei Municipal nº 873/2005. A estrutura da SMAS para execução da Política de Assistência Social é composta por: Departamento de Gestão do SUAS, Departamento de Proteção Social Especial, Departamento de Habitação e Fundo Municipal de Assistência Social.

O Sistema Único de Assistência Social é instituído no município através da Lei Municipal nº 1.798/2019, definindo os objetivos e diretrizes, estabelecendo as responsabilidades, as formas de gestão e execução dos serviços, as instâncias de controle social e o financiamento da Política Pública de Assistência Social.

A rede socioassistencial municipal é composta por:

REDE GOVERNAMENTAL		
EIXO	UNIDADE	ENDEREÇO
Órgão Gestor	Secretaria Municipal de Assistência Social	Rua Ângelo Pedro Dotto, nº 610 – Centro
Proteção Social Básica	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	Rua Ângelo Pedro Dotto, nº 610 – Centro
	Centro Integrado de Apoio à Melhor Idade – CIAMI	Rua Ângelo Pedro Dotto, nº 788 – Centro
	Centro de Convivência Intergeracional – CONVIVER	Rua das Acácias, nº 700 – Santa Mônica



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Proteção Social Especial de Média Complexidade	Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS	Rua das Tulipas, nº 400 – Santa Mônica	
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	Rua das Tulipas, nº 400 – Santa Mônica	
Programas e Projetos de Assistência Social	Programa do Leite de Soja	Rua Adolfo Lollato, nº 2750 – Centro	
	Sala de Costura e Programa das Gestantes “Dom da Vida”	Rua Adolfo Lollato, nº 2750 – Centro	
Outros	Departamento de Habitação	Rua Ângelo Pedro Dotto, nº 610 – Centro	
	Condomínio da Terceira Idade “Morada do Sol”	Rua das Dálias, nº 951 – Santa Mônica	
REDE NÃO GOVERNAMENTAL			
EIXO³	SERVIÇO OFERTADO	UNIDADE	ENDEREÇO
Atendimento	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos	Serviço de Obras Sociais – S.O.S.	Rua Alexandre Venson, nº 1297 – Centro
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos	Centro de Apoio Agrícola e Convivência a Criança e ao Adolescente “Meu Cantinho”	Linha Três Fazendas – Área Rural
	Serviço Complementar de Atendimento à Pessoa com Deficiência	Associação Pestalozzi de Santa Terezinha de Itaipu	Rua Criciúma, nº 600 – Centro
	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho nos termos da Resolução CNAS nº 33/2011	Sociedade Filantrópica Semear de Medianeira/PR	Rua Mario Lorensoni, nº 71 – Belo Horizonte, Medianeira/PR
	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho nos termos da Resolução CNAS nº 33/2011	Provopar Ação Social de Santa Terezinha de Itaipu	Rua Adolfo Lollato, nº 2760 – Centro
Defesa e Garantia de Direitos	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho nos termos da Resolução CNAS nº 33/2011	Associação dos Catadores de Resíduos Recicláveis e/ou Reaproveitáveis de Santa Terezinha de Itaipu – ACARESTI	Rua David Anacleto, nº 694 – Santa Mônica
	Defesa e Garantia de Direitos da Pessoa Idosa	Associação da Melhor Idade “Amor e Carinho” – AMIAC	Rua Ângelo Pedro Dotto, nº 788 – Centro

8.1. Vigilância Socioassistencial

As ações de vigilância socioassistencial são executadas no município pelo Departamento de Gestão do SUAS, através da Divisão de Vigilância Socioassistencial. Esta divisão é responsável pela alimentação contínua dos sistemas de informação da Rede SUAS (Suasweb,

³ Conforme Resolução Conselho Municipal de Assistência Social nº 013/2021.



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Cadsuas, Censo SUAS, CNEAS, RMA, etc.), bem como o monitoramento da rede socioassistencial, através de visitas in loco, reuniões, acompanhamento documental, análise da frequência de usuários, coleta de informações, análise de relatórios, etc. As ações atendem às normativas do SUAS, de forma sistematizada e organizada, visando o acompanhamento e o assessoramento das ações socioassistenciais, desenvolvidas no município, considerando as determinações da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e da Norma Operacional Básica 2012 – NOB-SUAS/2012. Além disso, cabe a esta Divisão a elaboração de normas, protocolos e documentos de orientação voltados para toda a rede socioassistencial, visando à padronização dos serviços, em consonância com as normativas federais e estaduais, e buscando qualificar a atuação das equipes do SUAS.

8.2. Gestão do Trabalho

Setor que coordena as ações relativas a Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social, responsável pelo planejamento e implementação de ações de formação e capacitação da Educação Permanente do SUAS a nível municipal, bem como, pelos assuntos relativos aos recursos humanos da Secretaria.

8.3. Instâncias de Deliberação

Por meio da Secretaria Executiva dos Conselhos, presta-se assessoramento e apoio ao funcionamento dos Conselhos Municipais vinculados administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo:

- Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI;
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – COMPDE;
- Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS.

9. OFERTA DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS NO ÂMBITO DO SUAS MUNICIPAL

A seguir, serão apresentados os serviços ofertados pela Política de Assistência Social no município de Santa Terezinha de Itaipu no ano de 2022, estando os mesmos em consonância com as legislações vigentes.

9.1. Proteção Social Básica

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) configura-se como a porta de entrada da Assistência Social, sendo um local público, onde são ofertados os serviços de proteção social básica da Assistência Social com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade, prevenindo a ocorrência e o agravamento de violações de direitos.

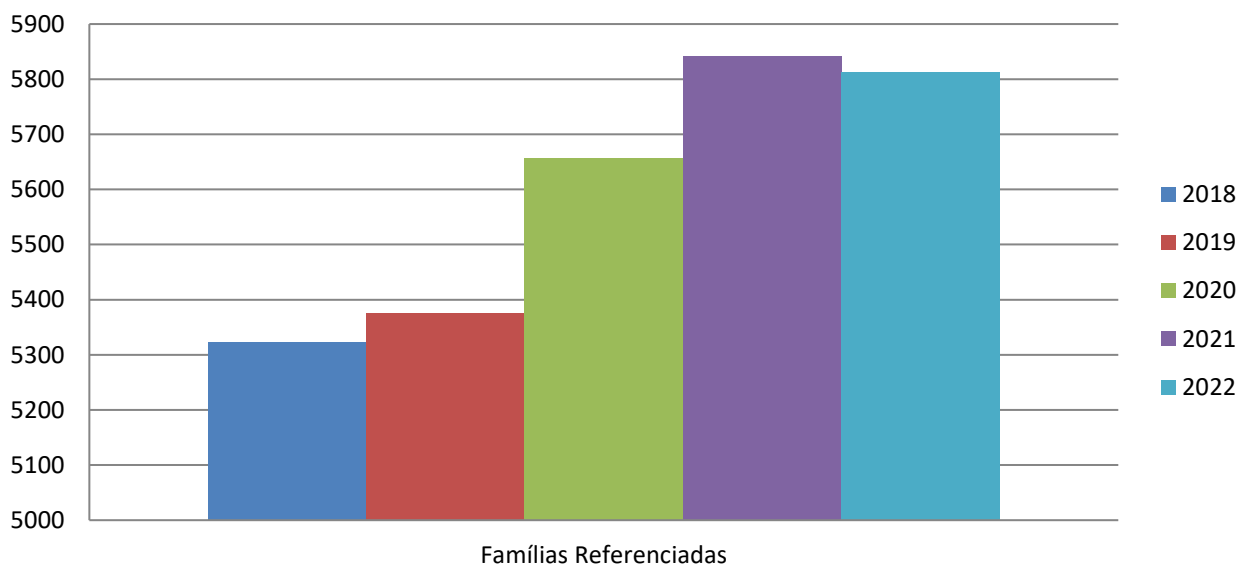


O município de Santa Terezinha de Itaipu conta, atualmente com uma unidade de CRAS, localizada na região 4, que é responsável por atender a demanda de toda a área urbana e rural do município.

Neste espaço são ofertados o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, Gestão do Cadastro Único, Programas e Projetos de Enfrentamento à Pobreza e Concessão de Benefícios Eventuais, previstos na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - LOAS e Lei Municipal nº 1.798, de 17 de junho de 2019, regulamentados pela Resolução do CMAS nº 24, de 27 de outubro de 2021.

O CRAS, em julho/2022 contava com 5.813 famílias referenciadas. O gráfico abaixo apresenta a evolução das famílias referenciadas ao CRAS desde 2018. Ressalta-se que dentre esse período podem ter ocorrido desligamentos por vários motivos (óbitos, mudança de município, entre outros), consequentemente havendo rotatividade quantitativa.

Evolução de Famílias Referenciadas no CRAS



FONTE: CRAS

A fim de contextualizar as demandas da Proteção Social Básica, foram retirados os dados dos Relatórios Mensais de Atendimento – RMA/CRAS e dos Relatórios Mensais de Atividades Desenvolvidas pelo CRAS (modelo da Vigilância Socioassistencial).

9.1.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

Abaixo apresentamos uma síntese dos acompanhamentos, atendimentos individualizados e coletivos realizados pelo CRAS de janeiro a julho/2022.

Famílias em acompanhamento pelo PAIF	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
Total de famílias em acompanhamento	13	13	12	12	12	10	10	82 ⁴

⁴ Ressalta-se que este resultado não significa o número exato de famílias acompanhadas, pois a mesma família pode ter sido acompanhada por vários meses sendo contabilizada mais de uma vez.



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF	0	1	1	0	1	0	2	5
Total de famílias desligadas	32	1	2	0	1	2	2	40
Perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
Famílias em situação de extrema pobreza	0	1	0	0	0	0	0	1
Famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil	0	1	1	0	0	0	2	4
Famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, em descumprimento de condicionalidades	0	0	0	0	0	0	0	0
Famílias com membros beneficiários do BPC	0	0	0	0	0	0	0	0
Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	0	0	0	0	0	0	0	0
Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimentos Individualizados realizados no CRAS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
Total de atendimentos individualizados realizados ⁵	280	477	475	411	482	539	435	3.099
Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	21	21	10	17	26	19	26	140
Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único	70	127	109	131	189	205	124	955
Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC ⁶	1	0	0	0	0	0	0	1
Famílias encaminhadas para o CREAS	1	1	2	1	1	5	1	12
Outros encaminhamentos realizados	5	14	30	3	8	29	5	94
Visitas domiciliares realizadas	7	33	39	29	34	39	57	238
Auxílio Natalidade	9	3	6	3	3	5	4	33
Auxílio Funeral ⁷	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros benefícios eventuais concedidos/entregues	105	96	160	131	135	146	128	901
Atendimentos Coletivos realizados no CRAS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	0	0	15	11	4	12	0	42
Ações Comunitárias	0	0	34	0	2	3	0	39

9.1.2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O SCFV sendo organizado em grupos por faixa etária (crianças, adolescentes, idosos, entre outros) e/ou intergeracional, com o objetivo de fortalecer e garantir a segurança de acolhida e de convívio familiar e comunitário, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. No município é executado de forma direta e indireta.

⁵ Importante ressaltar que os atendimentos individualizados podem ser realizados por técnicos de nível superior ou por técnicos de nível médio, de acordo com as particularidades e finalidades.

⁶ Conforme divisão realizada pela Gestão Municipal, os encaminhamentos para acesso ao BPC são realizados na Secretaria de Assistência Social.

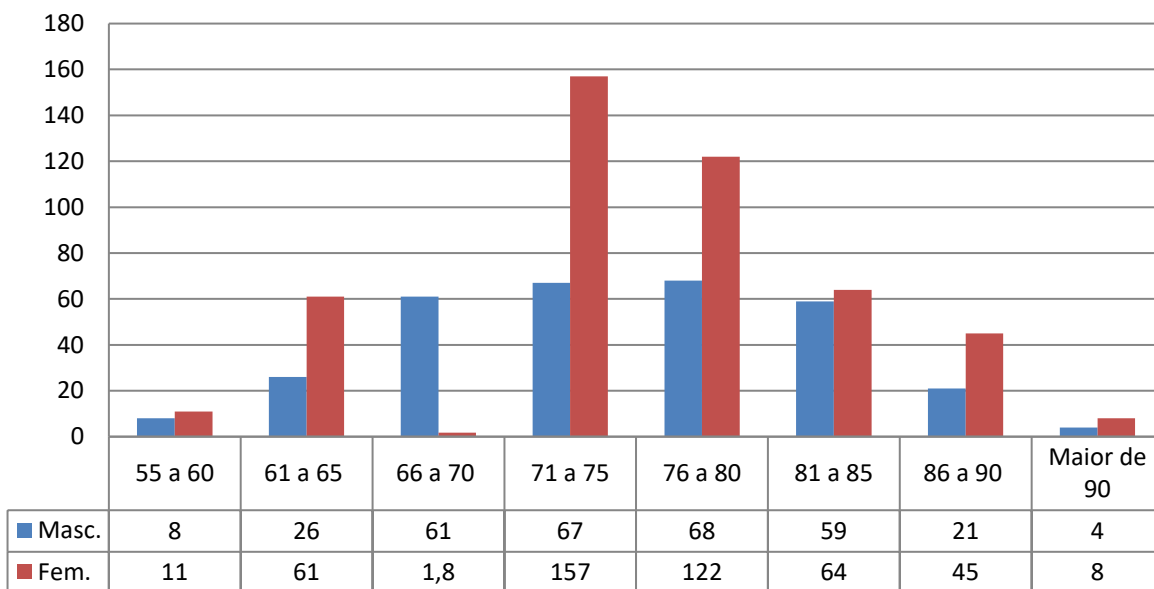
⁷ Conforme divisão realizada pela Gestão Municipal, os encaminhamentos para acesso ao Auxílio Funeral são realizados na Secretaria de Assistência Social.

a) Execução Direta

O SCFV para pessoas idosas é realizado através do Centro Integrado de Apoio a Melhor Idade (CIAMI). Dentre as atividades realizadas destacam-se a execução de oficinas de artesanato, memória, hidroginástica, bailes e a Oficina Levando Alegria (visitas domiciliares a idosos acamados ou com saúde fragilizada, onde os idosos levam instrumentos para realização de cânticos).

Conta com 778 idosos cadastrados, cuja idade e sexo estão apresentados no gráfico abaixo.

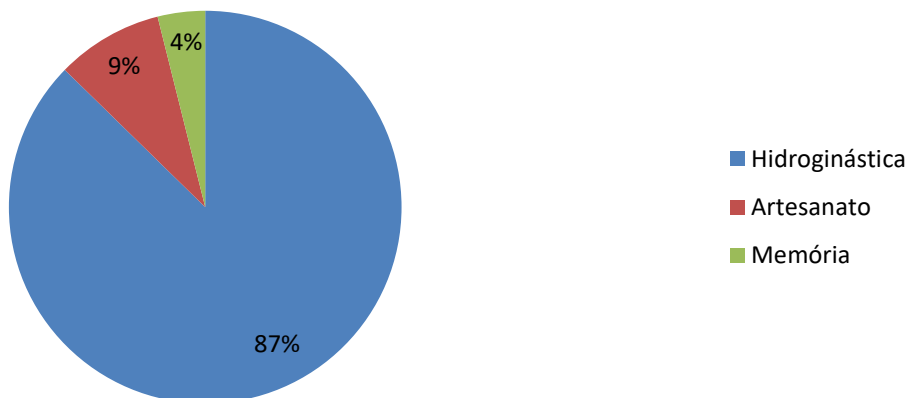
Idade e sexo



FONTE: CIAMI

Atualmente atende regularmente a 205 idosos, divididos conforme gráfico abaixo.

Oficinas



FONTE: CIAMI



Além das oficinas, realiza semanalmente o baile dos idosos que conta com a participação aproximada de 400 idosos.

A execução direta do SCFV para crianças e adolescentes não foi realizada, pois a inauguração do Centro de Convivência Intergeracional – CONVIVER, precisou ser adiada devido ao cenário pandêmico, estando em processo de organização.

b) Execução Indireta

Atualmente o município conta com duas entidades para execução do SCFV para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, via Termo de Colaboração, totalizando 120 metas e R\$ 261.000,00 de repasse (referência/2022).

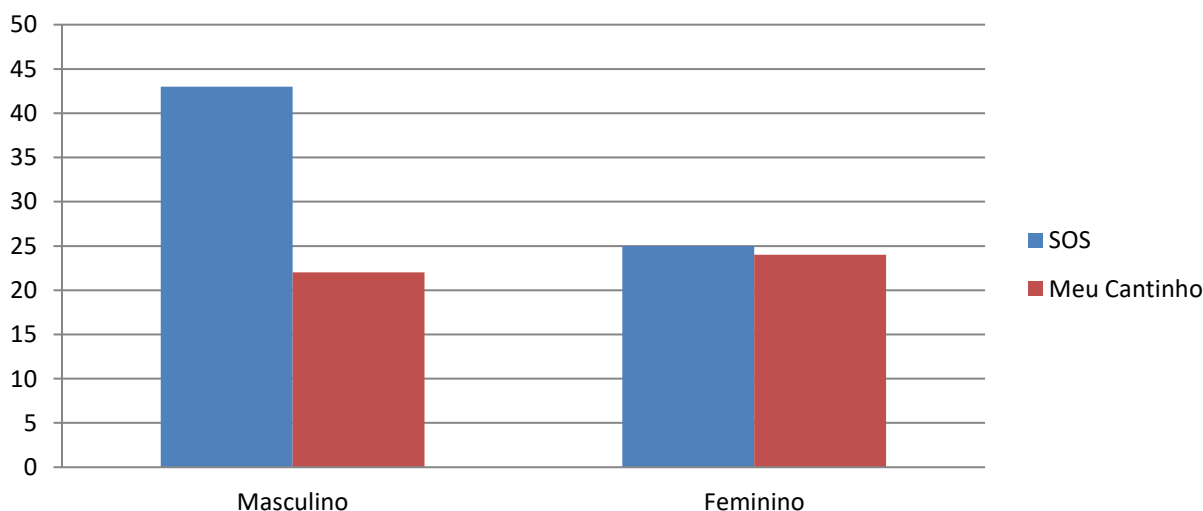
A meta de atendimentos mensais no SCFV para o ano de 2022, considerando o período de janeiro a julho, atingiu 87% da estipulada, conforme apontado na tabela abaixo.

Execução	Mês de Referência						
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Meta estipulada	120	120	120	120	120	120	120
Meta cumprida	101	100	104	98	105	110	113
% Atingido	84	83,3	86,6	81,6	87,5	91,6	94

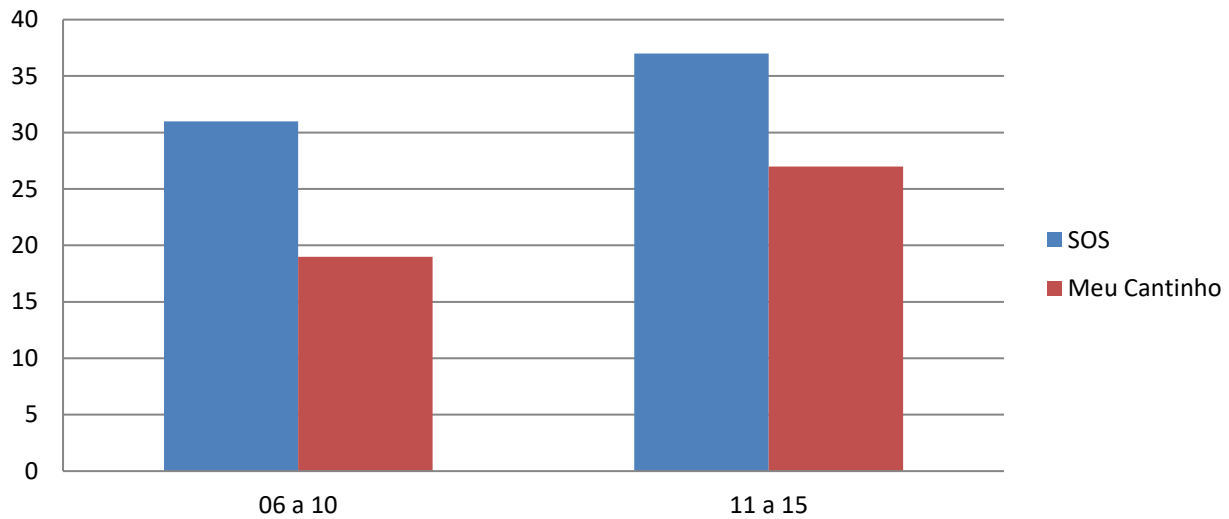
Adentrando nos dados específicos acerca dos atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes e visando traçar o perfil dos mesmos, analisou-se o Relatório Mensal de Atendimentos emitido no mês de julho pelas Entidades – Serviço de Obras Sociais e Centro de Apoio Agrícola e Convivência da Criança e do Adolescente “Meu Cantinho”.

Com base neste relatório levantou-se dados acerca das idades, sexo e território de moradia dos atendidos, que estão demonstrados nos gráficos a seguir.

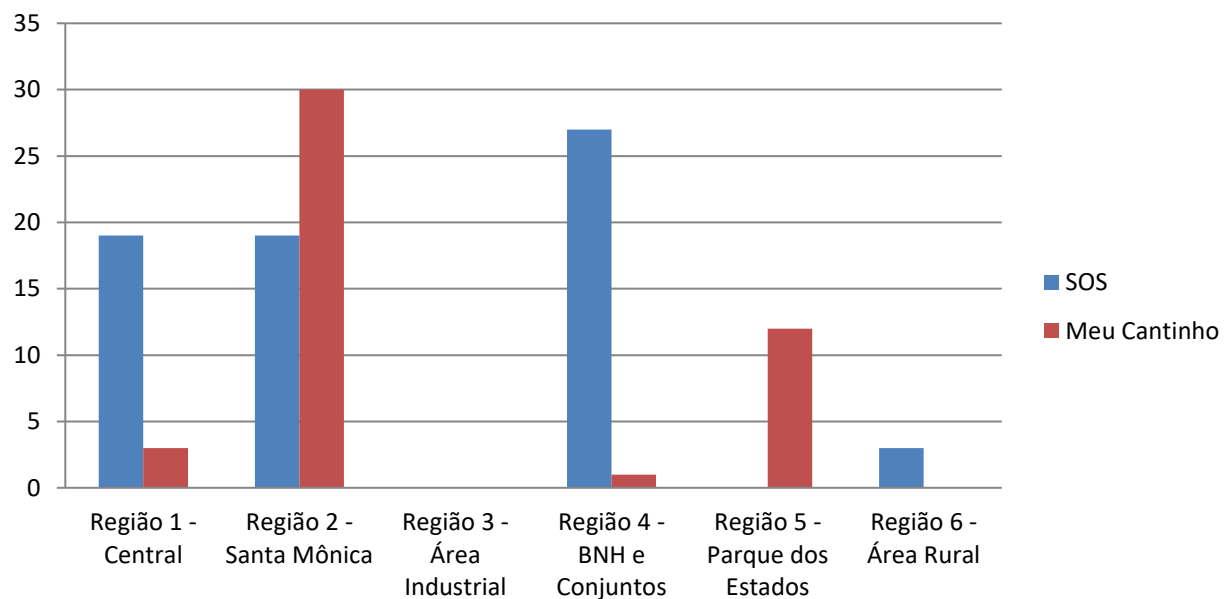
Sexo



Faixa Etária



Território



9.2. Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições ea proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos.

Considerando os níveis de agravamento, a natureza e a especificidade do trabalho social ofertado, a atenção na PSE organiza-se sob dois níveis de complexidade: Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.



9.2.1. Proteção Social Especial de Média Complexidade

Os serviços desenvolvidos pelo Município, na Proteção Social Especial de Média Complexidade são:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade (MSE PSC/LA);

Para a execução dos serviços acima citados o município conta com 1 (um) Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, que é uma unidade pública de atendimento especializado, de abrangência municipal, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, vítimas de maus-tratos, violência, abuso e exploração sexual e outras formas de violação de direitos.

A fim de contextualizar as demandas da Proteção Social Especial, foram retirados os dados dos Relatórios Mensais de Atendimento – RMA/CREAS, Relatórios Mensais de Atividades Desenvolvidas pelo CREAS (modelo da Vigilância Socioassistencial).

9.2.1.1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

Abaixo apresentamos uma síntese dos acompanhamentos, atendimentos individualizados e coletivos realizados pelo CREAS de janeiro a julho/2022.

Famílias em acompanhamento pelo PAEFI	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
Total de casos em acompanhamento	170	179	182	187	190	194	199	1.301⁸
Novas famílias inseridas no acompanhamento	3	10	3	5	4	5	7	37
Total de famílias desligadas	5	1	0	0	1	1	0	8
Perfil dos novos casos inseridas em acompanhamento no PAEFI	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
Famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil	0	0	1	0	0	1	2	4
Famílias com membros beneficiários do BPC	0	0	0	0	0	0	0	0
Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	0	0	0	0	0	0	0	0
Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento	0	0	0	0	0	0	0	0
Famílias cuja situação de violência/ violação esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas	1	0	0	0	0	1	1	3
Famílias com adolescente em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto	0	3	0	0	0	0	0	3
Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)	0	0	2	0	1	0	0	3
Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual	0	0	0	0	0	2	1	3
Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual	0	0	0	0	0	0	0	0
Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono	0	0	1	0	0	0	0	1

⁸ Ressalta-se que este resultado não significa o número exato de famílias acompanhadas, pois a mesma família pode ter sido acompanhada por vários meses sendo contabilizada mais de uma vez.



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)	0	0	0	0	0	0	0	1
Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	0	0	0	1	0	0	2	3
Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono	0	0	0	1	0	0	0	1
Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono	0	1	0	0	0	0	0	1
Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	0	1	0	2	1	3	3	10
Pessoas vítimas de tráfico de seres humanos	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoas em situação de rua	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimentos realizados no CREAS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
Total de atendimentos individualizados realizados	57	129	120	140	101	130	167	844
Total de atendimentos em grupo realizados no mês de referência	0	0	0	0	0	0	0	0
Famílias encaminhadas para o CRAS	3	0	0	0	1	0	0	4
Visitas domiciliares realizadas	24	47	38	27	27	11	24	198

Analisando as inclusões acima especificadas, verifica-se que as mulheres vítimas de violência foram o perfil mais incluído, seguido de crianças e adolescentes.

De acordo com os levantamentos efetuados, constatou-se que a maior incidência de violação de direitos⁹ cometidas e inseridas em acompanhamento no CREAS, no período acima mencionado, foram de violência intrafamiliar (43%), seguido de abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes (8%). Quanto aos territórios com maior número de acompanhamentos, temos respectivamente, por maior número de casos, Região 2 – Santa Mônica, Região 1 – Central e Região 5 – Parque dos Estados.

Quanto à idade dos indivíduos acompanhados pelo PAEFI, constatou-se que a maioria são crianças e adolescentes (50%), seguido de mulheres adultas.

Faixa Etária



FONTE: CREAS

⁹ Ressalta-se que pode ocorrer de uma mesma pessoa ter sido vítima de múltiplas violências/violações.



9.2.1.2. Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade (MSE PSC/LA)

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC é direcionando para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e suas famílias, realizando a interface entre as políticas sociais e o Sistema de Garantia de Direitos, visando potencializar estrategicamente a promoção dos direitos sociais, conforme preconiza o SINASE.

De acordo com o Relatório Mensal de Atendimento (RMA), no período de janeiro a julho/2022, o CREAS inseriu em acompanhamento 38¹⁰ adolescentes, sendo 25 em Liberdade Assistida e 13 em Prestação de Serviços a Comunidade.

Em um levantamento de dados realizado junto aos acompanhamentos deste público, identificou-se que a idade predominante é de 14 anos para Liberdade Assistida e 17 anos para a Prestação de Serviços à Comunidade e que os atos infracionais que levaram ao cumprimento de MSE foram, respectivamente, por maior número de ocorrência: tráfico de drogas, agressão/lesão corporal, estupro, roubo, desacato e furto. Observou-se ainda que os adolescentes atendidos possuem baixa escolarização, visto que o grau de escolaridade mais comum é o ensino médio incompleto. Já a renda familiar dos mesmos varia de meio salário mínimo a dois salários mínimos e meio, o que os coloca em uma posição de baixa renda.

9.3.2 Proteção Social Especial de Alta Complexidade

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade oferta atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem.

9.3.2.1. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

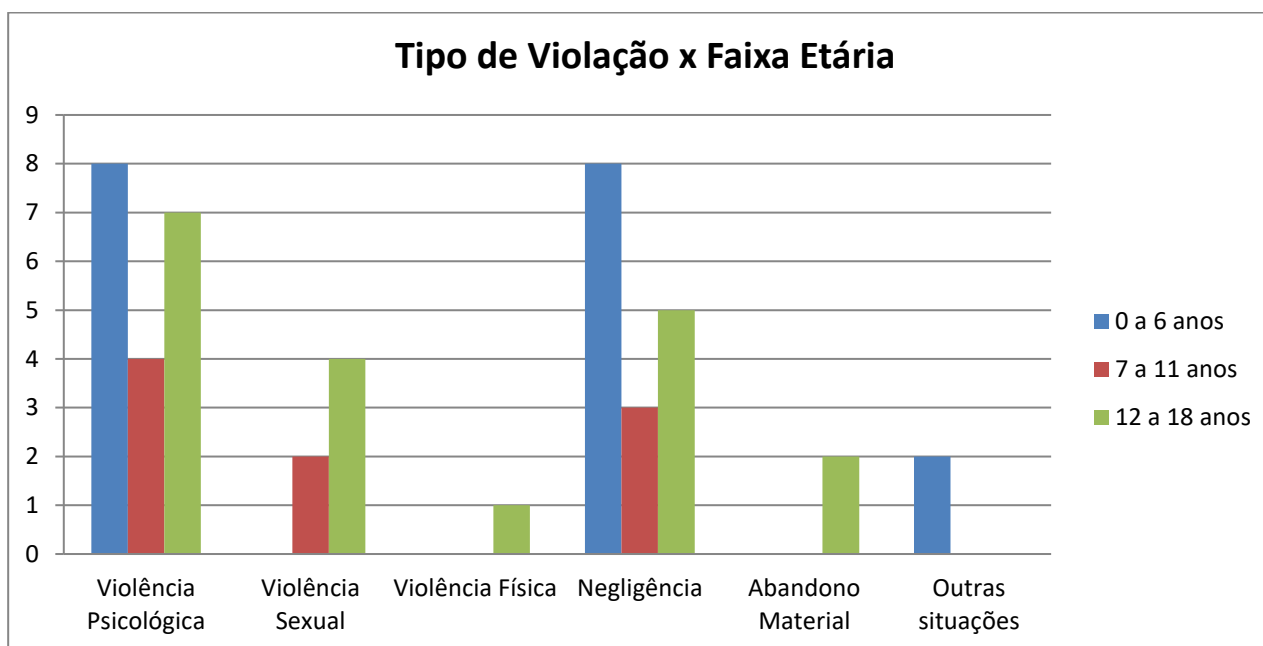
Para atendimento destas demandas, o município possui o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para crianças e adolescentes. O Família Acolhedora é o responsável pela organização do acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. É responsável também, por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento de crianças e adolescentes acolhidos e sua família de origem, com vistas à reintegração familiar.

Adentrando nos dados específicos acerca do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, visando levantar os principais motivos de sua ocorrência, bem como traçar o perfil

¹⁰ Ressalta-se que este resultado não significa o número exato de adolescentes acompanhados, pois um mesmo adolescente pode ter sido inserido nas duas modalidades de medida socioeducativa sendo contabilizado mais de uma vez.

dos acolhidos, analisou-se o período entre janeiro a julho/2022 estiveram acolhidas 13 crianças e adolescentes.

Ao traçar o perfil destes acolhidos percebe-se que o sexo de prevalência é o masculino (53,8%) e raça predominante é a parda. Já a faixa etária com maior número de acolhimentos é entre 12 e 18 anos e as violações de direitos¹¹ com maior ocorrência são, respectivamente, violência psicológica, violência sexual, violência física, negligência e abandono material, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



FONTE: Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

Neste período ocorreram 2 desacolhimentos, sendo um retorno a família de origem e um para família extensa.

Em relação as Famílias Acolhedoras, no momento o Serviço conta com 16 famílias cadastradas, sendo 12 aptas para o acolhimento e 6 com Termos de Acolhimento vigentes. Das famílias cadastradas, três aceitam acolher grupos de irmãos e uma aceita acolher criança ou adolescente com deficiência.

9.4. Serviço Complementar de Atendimento à Pessoa com Deficiência

Compete à Assistência Social, na atenção às Pessoas com Deficiência, trabalhar na perspectiva da habilitação e reabilitação, visando fortalecer os vínculos familiares e comunitários, assim como a autonomia, a independência, a segurança, o acesso aos direitos e à participação plena e efetiva na sociedade, como também desenvolver ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social.

¹¹ Ressalta-se que uma mesma criança e/ou adolescente pode ter sido vítima de múltiplas violências/violações.



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Neste tocante, o município oferta o Serviço Complementar de Atendimento às Pessoas com Deficiência (SCPCD), o qual compreende em um conjunto de orientações e normativas decorrentes da Constituição, voltadas à regulação da garantia de direitos das pessoas com deficiência, objetivando assegurar-lhes o pleno exercício dos direitos individuais e sociais, propiciando seu bem estar pessoal, social e econômico. O SCPCD é executado através de uma Entidade Não Governamental, inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, via Termo de Colaboração e Acordo de Cooperação, cuja meta de atendimento é de 50 usuários e o repasse anual de R\$ 91.920,00 (referência 2022).

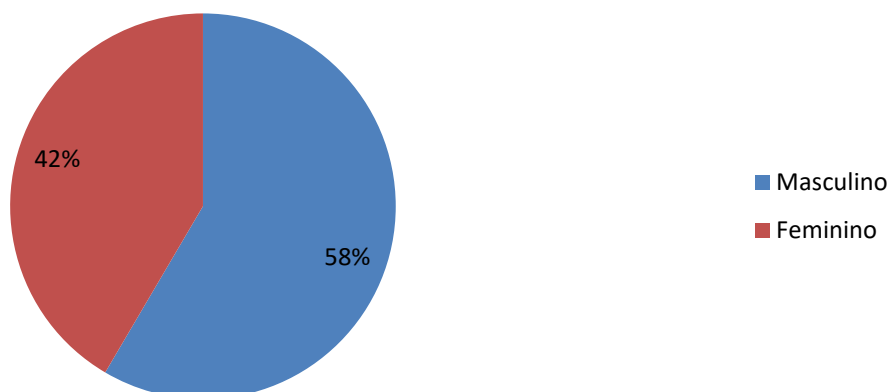
A meta de atendimentos mensais no SCPCD para o ano de 2022, considerado o período de fevereiro a outubro, atingiu 138% da estipulada, conforme apontado na tabela abaixo.

Execução	Mês de Referência						
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Meta estipulada	50	50	50	50	50	50	50
Meta cumprida	70	71	70	70	73	64	65
% Atingido	140	142	140	140	146	128	130

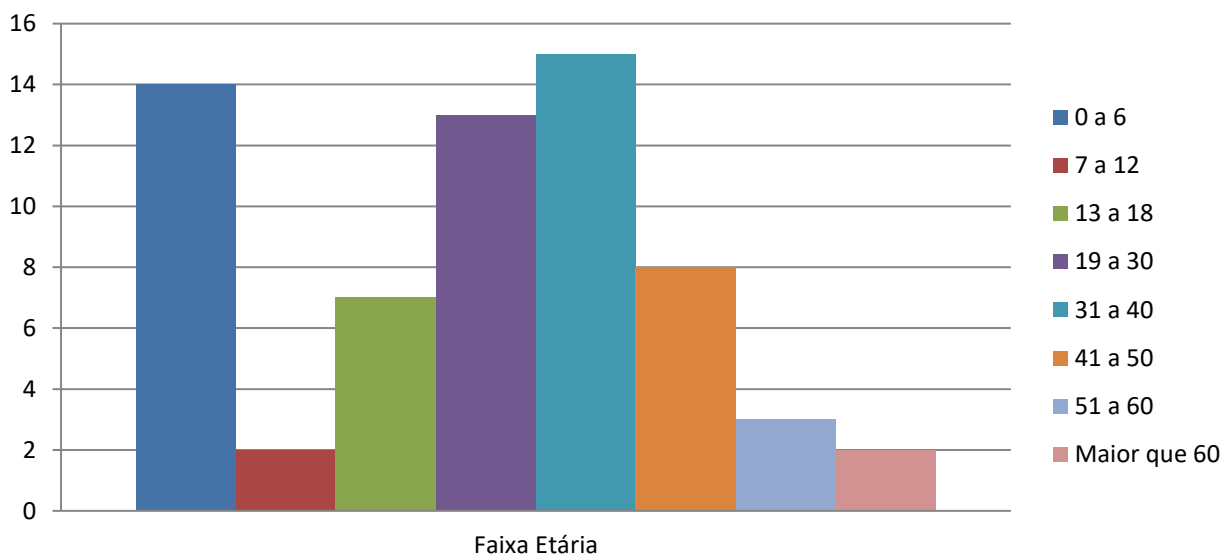
Adentrando nos dados específicos acerca dos atendidos pelo Serviço Complementar de Atendimento a Pessoa com Deficiência e visando traçar o perfil dos mesmos, analisou-se o Relatório Mensal de Atendimentos emitido pela Associação Pestalozzi no mês de julho,

Com base neste relatório levantou-se dados acerca das idades, sexo e território de moradia dos atendidos, que estão demonstrados nos gráficos a seguir.

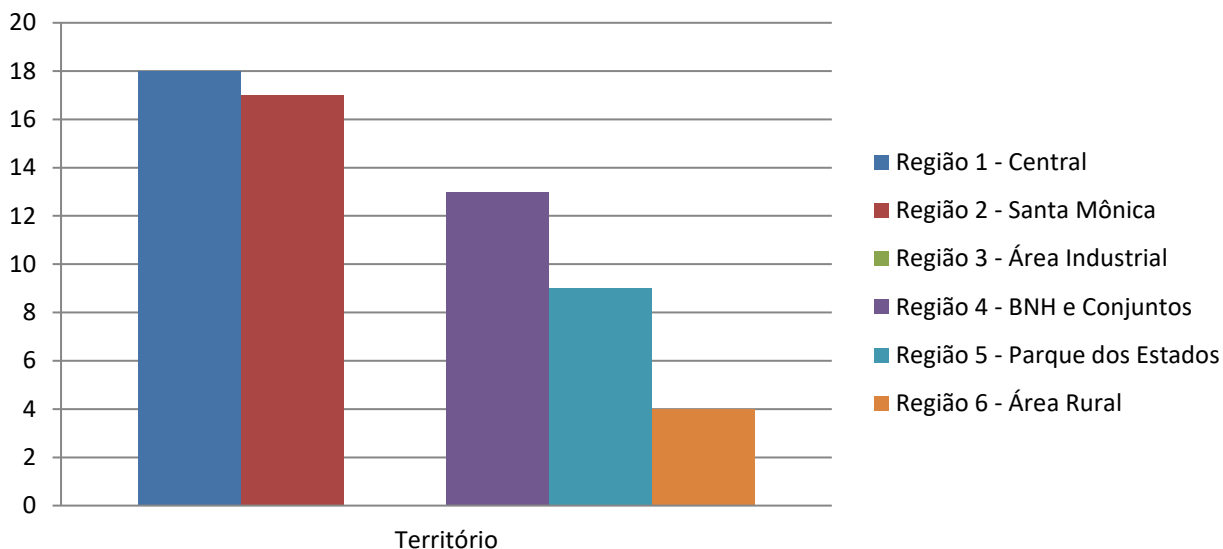
Sexo



Faixa Etária



Território



9.5. Benefícios Eventuais

Os Benefícios Eventuais são previstos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e oferecidos pelos municípios aos cidadãos e às suas famílias, em situação de vulnerabilidade temporária, diante da ausência de condições para arcar por conta própria com o enfrentamento de situações adversas ou que fragilize a manutenção do cidadão e sua família.

Em Santa Terezinha de Itaipu, a Lei nº 1798/2019 estabeleceu quais seriam os benefícios eventuais ofertados em âmbito municipal, estando os mesmos regulamentados pela Resolução nº 024/2021 do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Em âmbito municipal são ofertados:



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



- Auxílio Natalidade;
- Auxílio Funeral;
- Auxílio em Situação de Vulnerabilidade Temporária.

A seguir apresentaremos uma síntese com os dados relativos aos atendimentos efetuados de janeiro a julho/2022 através das três modalidades do Benefício Eventual.

9.5.1. Auxílio Natalidade

Entre janeiro e julho/2022 foram atendidas 30 gestantes e concedidos 33 benefícios, cujo perfil das mesmas está apresentado na tabela abaixo.

Renda Familiar	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
Sem renda	0	0	0	0	0	0	0	0
Até ½ salário	2	0	1	1	0	0	1	5
De ½ a 1 salário	1	1	0	2	2	0	1	7
De 1 a 2 salários	4	2	4	0	1	2	2	15
Acima de 2 salários	1	0	0	0	0	2	0	3
Beneficiárias PAB	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
	1	0	3	2	0	1	2	9
Faixa Etária	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
Menor de 14	0	0	0	0	0	0	0	0
15 a 17 anos	0	0	0	0	0	0	1	1
18 a 20 anos	1	1	0	0	1	1	0	4
21 a 30 anos	5	0	2	3	2	3	2	17
31 a 40 anos	2	2	2	0	0	0	1	7
Acima de 41 anos	0	0	1	0	0	0	0	1
Mês de Gestação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
5º	1	0	0	0	0	0	0	1
6º	1	2	2	0	0	0	0	5
7º	1	0	0	1	0	1	0	3
8º	2	1	2	1	3	1	2	12
9º	3	0	1	1	0	1	1	7
Recém Nascido	0	0	0	0	0	1	1	2
Gestação Gemelar	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
	1	0	1	0	0	1	0	3
Sexo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
Masc.	6	1	3	1	3	3	3	20
Fem.	3	2	3	2	0	2	1	13
Região de Moradia	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
BNH	0	0	0	2	0	0	0	2
Centro	3	1	2	0	0	0	1	5
Parque dos Estados	1	1	0	0	2	1	0	5
Planalto	1	0	2	0	0	1	1	5



Santa Mônica	0	0	0	0	1	2	0	3
São Lourenço	1	0	0	0	0	0	0	1
Outros	2	1	1	1	0	0	0	5

Como pode-se verificar, 50% das gestantes declararam renda de 1 a 2 salários mínimos, 56,6% estão na faixa etária de 21 a 30 anos e a região de moradia predominante é a Região 2 – Santa Mônica, que engloba os Bairros Santa Mônica e Planalto.

9.5.2. Auxílio Funeral

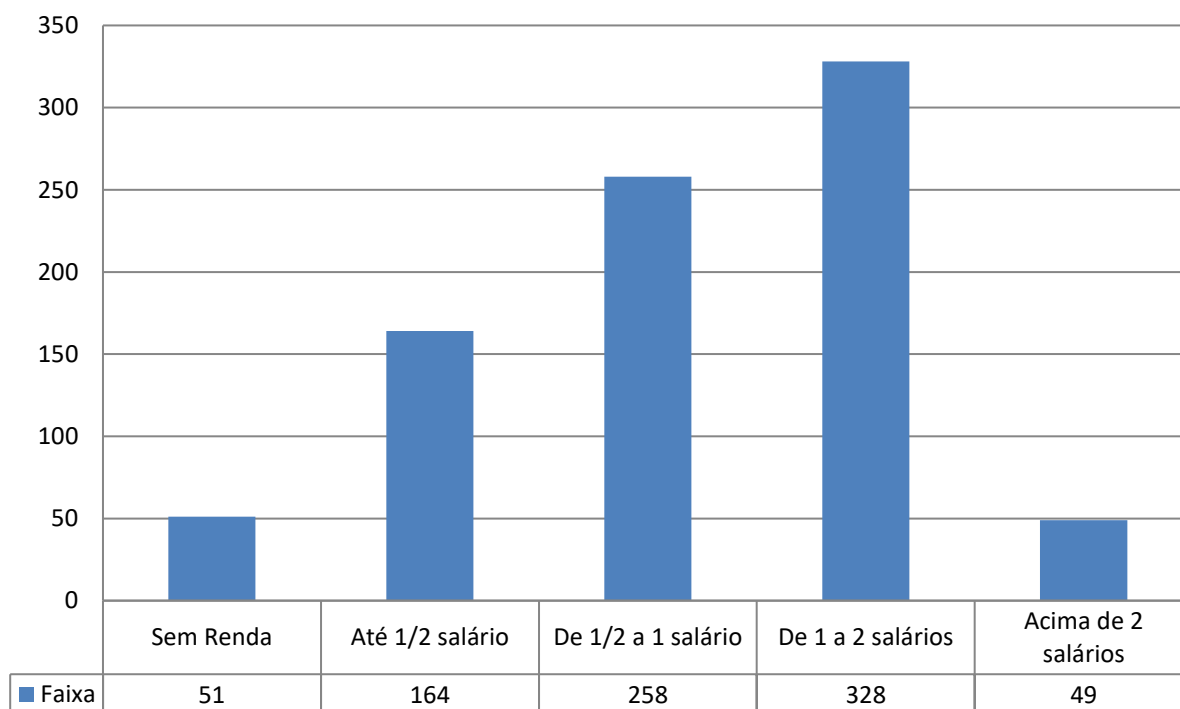
Não houveram liberações no ano de 2022.

9.5.3. Auxílio em Situação de Vulnerabilidade Temporária

a) Auxílio Alimentação

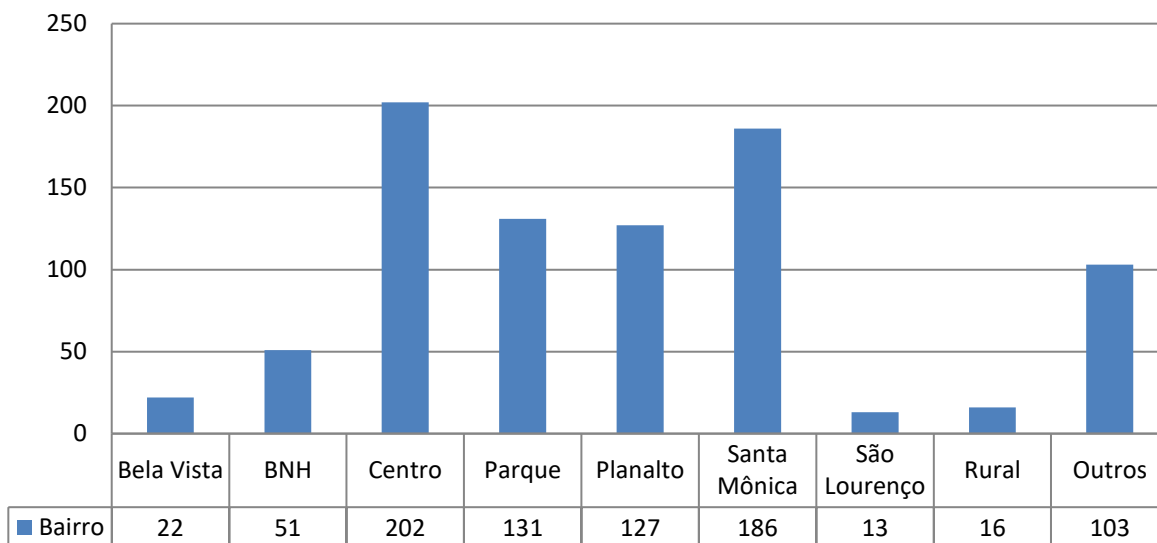
Até julho/2022 foram atendidas 850 famílias, cujo perfil das mesmas está detalhado nos gráficos abaixo.

Renda Familiar



FONTE: CRAS

Território



FONTE: CRAS

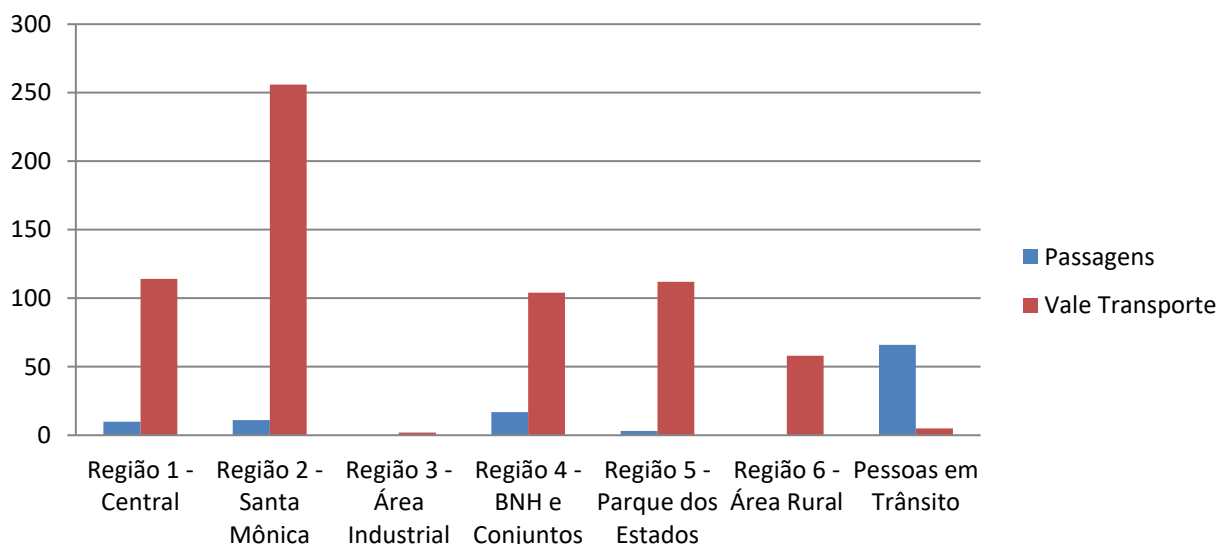
De acordo com os dados acima, evidencia-se que 55,6% das famílias atendidas sobrevivem com renda familiar mensal abaixo de 1 salário mínimo, destas, 10,8% não possuem renda e a região de moradia predominante é a Região 2 – Santa Mônica, que engloba os Bairros Santa Mônica e Planalto.

b) Auxílio Passagem Intermunicipal, Interestadual e Vale Transporte

Entre janeiro e julho/2022 foram liberados 758 benefícios de passagens (107) e vale transporte (651). Destes, 71 foram destinados a pessoas em trânsito.

No gráfico abaixo, detalha-se o território de residência dos beneficiários de acordo com benefício liberado.

Território



FONTE: SAS



c) Auxílio Foto 3x4

Não houveram liberações no ano de 2022.

d) Auxílio Documentos

De janeiro a julho/2022, foram atendidos 51 usuários com isenções de taxas para segunda via da identidade e solicitação de segunda via de certidões (nascimento, casamento e/ou óbito).

9.6. Programa de Distribuição do Leite de Soja

Ainda dentro da proteção social básica, o município conta com uma Usina de Leite de Soja, espaço este responsável pela produção e distribuição do Leite de Soja a população em situação de vulnerabilidade social atendida pelo CRAS. O CRAS efetua a inclusão das famílias a serem beneficiadas e estas são encaminhadas para retirarem a quantidade especificada nos postos de saúde mais próximos de sua residência.

Entre janeiro e julho/2022 foram atendidas 17 famílias com este benefício, sendo que 53% residem na Região 2 – Santa Mônica, 24% na Região 1 – Centro, 11,5% na Região 4 – BNH e Conjuntos e 11,5% na Região 5 – Parque dos Estados. A renda predominante das famílias atendidas é entre 1 salário e meio (53%), seguido de renda até meio salário mínimo (41%).

9.7. Passe Livre Intermunicipal e Passe Livre Interestadual

O Passe Livre Intermunicipal constitui-se num benefício estadual que assegura a isenção tarifária nos transportes coletivos intermunicipais para pessoas com deficiência e/ou com doenças crônicas descritas na legislação, desde que em tratamento continuado fora do município de sua residência, cuja renda familiar per capita seja inferior a dois salários mínimos.

O Passe Livre Interestadual, por sua vez, constitui-se num programa do Governo Federal que garante a pessoas com deficiência o acesso gratuito ao transporte coletivo interestadual por rodovia, ferrovia e barco. O programa é voltado para pessoas com deficiência física, mental, auditiva, visual, múltipla, com ostomia ou doença renal crônica, de baixa renda, ou seja, cuja renda mensal familiar seja de até um salário mínimo por pessoa.

A orientação e encaminhamento de indivíduos para acesso ao Passe Livre é realizada por meio do CRAS. Entre de janeiro e julho/2022 foram encaminhados 40 usuários para acesso a estes benefícios. No gráfico abaixo é possível observar que o Passe Livre Intermunicipal é o mais requisitado, correspondendo a 70% dos encaminhamentos.

Passes Livres



FONTE: CRAS

10. POLÍTICA DE HABITAÇÃO

Integra ainda, na estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social, o Departamento de Habitação que tem como competência cadastrar e selecionar as famílias para Programas Habitacionais em âmbito municipal e efetuar o acompanhamento do processo de construção das moradias.

Também é de responsabilidade deste Departamento, a operacionalização e a concessão o benefício eventual na forma de auxílio material de construção para pequenas ampliações e reformas, nos termos da Lei Municipal nº 1351/2011. Este benefício tem como público alvo famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social, que estejam cadastrados no Cadastro Único e cuja renda per capita seja de até ½ (meio) salário mínimo nacional. De janeiro a julho/2022, o Departamento de Habitação atendeu 54 famílias com este benefício.

Vinculado a este Departamento, está o Condomínio da Terceira Idade “Morada do Sol”, que configura-se em um conjunto de unidades habitacionais, cedidas pelo município, em regime de comodato, à pessoas idosas em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, sem condições de moradia digna e situação econômica precária, porém com preservada capacidade de gestão da moradia e condições de desenvolver, de forma independente, o autocuidado e as atividades da vida diária.

O Condomínio é composto por 12 residências que abrigam hoje, 10 idosos, sendo 4 do sexo masculino e 6 do sexo feminino. Em relação a faixa etária temos:

Faixa Etária	Quantidade
55 a 60 anos	01
61 a 65 anos	02
66 a 70 anos	03
71 a 75 anos	04



11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico socioterritorial é um instrumental de grande relevância para subsidiar e fundamentar ações estratégicas na política de assistência social, de forma preventiva e proativa, em cada esfera de governo e demais processos de planejamento e avaliação. A implantação de novos serviços socioassistenciais deve partir do conhecimento da realidade local, das necessidades do território, sendo fundamentada em diagnóstico socioterritorial conforme orienta a NOB/SUAS/2012.

Ao analisar os dados em relação ao número de famílias/indivíduos atendidos nas unidades socioassistenciais é possível identificar que as regiões com maior número de atendimentos foram, respectivamente, a Região 2 – Santa Mônica, Região 1 – Central, Região 5 – Parque dos Estados, Região 4 – BNH e Conjuntos e Região 6 – Área Rural. Nota-se que a Região 2 – Santa Mônica apresenta maior índice de vulnerabilidade social, uma vez que se repete com frequência em primeiro lugar nas análises da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

Essa análise evidencia que a Região 2 – Santa Mônica apresenta alto índice de vulnerabilidade social e necessita de ampliação de oferta de serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica. Importante salientar que nesta região está instalado o Centro de Convivência Intergeracional (CONVIVER), que tem previsão de início de suas atividades ainda para o ano de 2022, onde será ofertado o SCFV para crianças e adolescente e idosos. É nesta região que está instalado o CREAS e o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Em relação ao território da Região 1 – Central, identifica-se que apresenta alto índice de vulnerabilidades, visto ter tido alto volume de atendimentos com benefícios eventuais, PAEFI, BPC e Programa Auxílio Brasil. Embora o CRAS não esteja instalado nesta região, o acesso a ele e aos demais serviços de Proteção Social Básica é facilitado. É neste território que encontra-se região denominada de Mutirão (Beco I, II e III) sendo um local de alta vulnerabilidade social, com moradias irregulares, presença de violência e tráfico de drogas.

Em relação a Região 5 – Parque dos Estados, identifica-se que não há ofertas de serviços socioassistenciais naquele território, estando o mesmo distante tanto dos serviços de Proteção Social Básica quanto de Proteção Social Especial.

Por fim, no território da Região 4 – BNH e Conjuntos, identifica-se que este possui a maior oferta de serviços socioassistenciais de proteção social básica do município, contudo, o território apresenta um alto índice de vulnerabilidade social, o que indica a necessidade de enfrentamento da superação destas vulnerabilidades a partir da ação conjugada de diferentes políticas públicas.

Desta forma, considerando o conceito de território é possível afirmar a necessidade de ampliação das equipes de Proteção Social Básica, especialmente do CRAS, com vistas a



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



ampliar a cobertura da oferta do PAIF, uma vez que o CRAS está implantado distante da Região 2 – Santa Mônica e da Região 5 – Parque dos Estados.

Entende-se também ser necessário ampliar a equipe do CREAS, visando ampliar a cobertura do PAEFI, uma vez que este equipamento está implantado distante da Região 1 – Centro e da Região 5 – Parque dos Estados os quais apresentaram número expressivo de indivíduos/famílias em situação de risco social.

Considerando que as situações de vulnerabilidade são mutáveis, ressalta-se que este documento deverá ser revisto e atualizado constantemente.



REFERÊNCIAS

BRASIL. (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, 2004.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **CapacitaSuas Volume 2. Desafios da Gestão do SUAS nos Municípios e Estados**. 1 ed. – Brasília: MDS, 2008.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília: MDS.

BRASIL. **Lei 12.435 de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei 8.742 que dispõe sobre a organização da Assistência Social. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS**. Texto da Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Brasília: 2012.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009. Material reimpresso em 2011, 2012 e 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **CapacitaSUAS Caderno 3. Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social**. 1 ed. – Brasília: MDS, 2013.